

- b) Direcção-Geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude;
- c) Direcção-Geral da Administração do Território;
- d) Gabinete da Reforma e Modernização Administrativa.

2. — As Direcções-Gerais são dirigidas por um Director Geral e o Gabinete da Reforma e Modernização Administrativa por um Director.

Artigo 2.º

Natureza e Atribuições

Os serviços enumerados no artigo anterior integram a estrutura orgânica do Gabinete do Primeiro Ministro e têm as atribuições de dirigir, executar e controlar a política do Governo nas áreas respectivas.

Artigo 3.º

Órgãos Oficiais da Comunicação Social

Os órgãos oficiais da Comunicação Social a seguir indicados estão na dependência directa da Direcção-Geral da Comunicação Social:

- a) Rádio Nacional de S. Tomé e Príncipe;
- b) Televisão Santomense;
- c) Direcção de Impressão e Divulgação.

Artigo 4.º

Órgãos Oficiais da Direcção-Geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude

São órgãos oficiais da Direcção-Geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude:

- a) Gabinete de Apoio à Mulher e à Família;
- b) Gabinete de Apoio à Juventude.

Artigo 5.º

Organização dos Serviços

A organização, competência, normas de funcionamento e demais disposições para assegurar o desempenho das correspondentes atribuições dos serviços a que se refere o presente diploma, são definidos por decreto.

Artigo 6.º

Entrada em Vigor

O presente decreto entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em S. Tomé, aos 26 de Agosto de 1997. — O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Raúl Bragança Neto*. — O Ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública, *Amaro Pereira do Couto*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, *Homero Jerónimo Salvaterra*. — O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *João Quaresma Viegas Bexigas*. — Pelo Ministro do Plano e Finanças, *Amaro Pereira do Couto*. — Pelo Ministro da Educação, Cultura e Desporto, *Cosme Bonfim Afonso Rita*. — O Ministro do Equipamento Social e Ambiente, *Arlindo Afonso de*

Carvalho. — Pelo Ministro da Agricultura e Pescas, *Amaro Pereira do Couto*. — O Ministro da Saúde, *Eduardo do Carmo Ferreira de Matos*. — O Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, *Cosme Bonfim Afonso Rita*.

Promulgado em 2 de Outubro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, MIGUEL ANJOS DA CUNHA
LISBOA TROVADA.

Decreto-Lei n.º 38/97

Considerando a actual composição do Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, que integra o Ministério da Justiça, Trabalho e Administração Pública;

Tornando-se necessário delegar competências na área da política de Trabalho numa estrutura orgânica que permita responder com eficácia as exigências do sector;

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea d) do artigo 99.º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1. É criada a Direcção Geral de Trabalho sob a tutela directa do Ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública.

2. A Direcção Geral do Trabalho é dirigida por um Director Geral.

Artigo 2.º

Competências

A Direcção Geral do Trabalho compete dirigir, executar e controlar a aplicação da política do Governo nos seguintes domínios:

- a) Inspeção do Trabalho;
- b) Emprego e Formação Profissional;
- c) Acção Social.

Artigo 3.º

Transição do Pessoal

O pessoal do Sector do Trabalho do Ministério da Justiça, Trabalho e Administração Pública transita, sem quaisquer formalidades, para a Direcção Geral do Trabalho.

Artigo 4.º

Regulamentação Complementar

A organização, competência, normas de funcionamento e demais disposições para assegurar o desempenho das atribuições da Direcção Geral do Trabalho, são definidos por decreto.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em S. Tomé, aos 19 de Setembro de 1997. — O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Raúl Bragança Neto*. — O Ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública, *Amaro Pereira do Couto*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, *Homero Jerónimo Salvaterra*. — O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *João Quaresma Viegas Bevilas*. — Pelo Ministro do Plano e Finanças, *Amaro Pereira do Couto*. — O Ministro da Educação, Cultura e Desporto, *Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança*. — O Ministro do Equipamento Social e Ambiente, *Arlindo Afonso de Carvalho*. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *Hermenegildo de Assunção Scusa e Santos*. — O Ministro da Saúde, *Eduardo do Carmo Ferreira de Matos*. — O Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, *Cosme Bonfim Afonso Rita*.

Promulgado em 28 de Outubro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, MIGUEL ANJOS DA CUNHA
LISBOA TROVADA.

Decreto n.º 39/97

Considerando a imperiosa necessidade de se assegurar a devida articulação entre as medidas de política económica, por forma a garantir uma melhor exequibilidade dos diferentes projectos de investimento, sobretudo os de significativa importância para o desenvolvimento económico e social do país.

Mostrando-se, por isso, conveniente criar junto do Chefe do Governo um Gabinete de Assessoria Técnica dotado de pessoal de formação especializada e experiência reconhecida.

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — É criado, junto ao Primeiro Ministro e Chefe do Governo, o Gabinete de Assessoria Técnica.

Art. 2.º — Compete, designadamente, ao Gabinete de Assessoria Técnica:

a) Analisar e promover, sem prejuízo das competências atribuídas a diferentes Ministérios, a aplicação dos compromissos contratuais, as propostas de investimento de entidades nacionais e estrangeiras sujeitas ao regime contratual prevista no Código de Investimento aprovado pela Lei n.º 6/92;

b) Seguir os objectivos de reformas estruturais e garantir o acompanhamento das medidas económicas e sociais;

c) Reunir todos os elementos necessários a um adequado seguimento e completo conhecimento dos investimentos sujeitos ao regime contratual;

d) Propor às entidades delas incumbidas, a realização de inspecções e fornecimento de instruções sobre os investimentos referidos nas alíneas anteriores;

e) Prestar assessoria técnica ao Governo em matéria que para tal for ordenado pelo Primeiro Ministro.

Art. 3.º — Compete em especial ao Gabinete de Assessoria Técnica.

a) Elaborar pareceres relativos aos investimentos ligados à exploração, comercialização e industrialização de recursos minerais, tais como petróleo e seus derivados, minas e outros de natureza afins;

b) Elaborar pareceres relativos a concessão de Zonas Francas e a constituição de sociedades «off-shore»;

c) Realizar estudos, elaborar e propor a actualização de legislações aplicáveis à matérias de política económica e social;

d) Analisar a participação do Estado nas Empresas concessionárias e participadas, bem como em actividades dos seus representantes;

e) Organizar e adquirir informações e livros técnicos especializados sobre matérias da sua competência.

Art. 4.º — 1. — O Gabinete de Assessoria Técnica é dirigido por um Assessor Principal constituído por técnicos de especialidade, em função das matérias de sua competência e da necessidade do cumprimento das suas atribuições.

2. — A composição do Gabinete de Assessoria Técnica será fixada por Despacho do Primeiro Ministro.

Art. 5.º — Para o conveniente desempenho das suas atribuições, o Gabinete de Assessoria Técnica deve manter permanente contacto com os organismos de Administração Central do Estado.

Art. 6.º — O Gabinete de Assessoria Técnica funcionará de acordo com um regulamento interno a ser aprovado por despacho do Primeiro Ministro.

Art. 7.º — Os encargos com o funcionamento do Gabinete de Assessoria Técnica serão suportados pelo Orçamento Geral do Estado.

Art. 8.º — Os casos omissos serão resolvidos por despacho do Primeiro Ministro.

Art. 9.º — Este decreto entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em S. Tomé, aos 5 de Agosto de 1997. — O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Raúl Bragança Neto*. — O Ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública, *Amaro Pereira do Couto*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, *Homero Jerónimo Salvaterra*. — O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *João Quaresma Viegas Bevilas*. — Pelo Ministro do Plano e Finanças, *Amaro Pereira do Couto*. — Pelo Ministro da Educação, Cultura e Desporto, *Cosme Bonfim Afonso Rita*. — O Ministro do Equipamento Social e Ambiente, *Arlindo Afonso de Carvalho*. — Pelo Ministro da Agricultura e Pescas, *Amaro Pereira do Couto*. — O Ministro da Saúde, *Eduardo do Carmo Ferreira de Matos*. — O Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, *Cosme Bonfim Afonso Rita*.

Promulgado em 2 de Setembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, MIGUEL ANJOS DA CUNHA
LISBOA TROVADA.